

ALMIRO DO COUTO E SILVA

CONCEITOS FUNDAMENTAIS  
DO DIREITO  
NO ESTADO CONSTITUCIONAL

**CONCEITOS FUNDAMENTAIS  
DO DIREITO NO ESTADO CONSTITUCIONAL**  
C. ALMIRO DO COUTO E SILVA

ISBN 978-85-392-0257-7

*Direitos reservados desta edição por*  
*MALHEIROS EDITORES LTDA.*  
*Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171*  
*CEP 04531-940 - São Paulo - SP*  
*Tel.: (11) 3078-7205 - Fax: (11) 3168-5495*  
*URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)*  
*e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Capa*  
*Criação: Vânia Lúcia Amato*  
*Arte: PC Editorial Ltda.*

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*  
02.2015

## SUMÁRIO

Apresentação – HUMBERTO ÁVILA.....	7
Agradecimentos e explicações.....	9

### PARTI. I

#### PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PÚBLICO

Princípios da legalidade da Administração Pública e da segurança jurídica no Estado de Direito contemporâneo.....	19
O princípio da segurança jurídica no direito público brasileiro e o direito da Administração Pública de anular seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da Lei do Processo Administrativo da União (Lei 9.784/1999) .....	43
O princípio da proteção da confiança e a teoria da invalidade dos atos administrativos no direito brasileiro .....	91

### PARTI. 2

#### CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Atos jurídicos de direito administrativo praticados por particulares e direitos formativos .....	123
Notas sobre o conceito de ato administrativo .....	144
Poder discricionário no direito administrativo brasileiro.....	168

## PARTE 3

## ATIVIDADE ECONÔMICA E SERVIÇO PÚBLICO

Privatização no Brasil e o novo exercício de funções públicas por particulares. Serviço público “à brasileira”?.....	187
Notas sobre terminais portuários privativos mistos: a natureza pública da exploração de portos .....	222
Atividade econômica e serviços públicos.....	227
Os indivíduos e o Estado na realização de tarefas públicas.....	242

## PARTE 4

## ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A administração direta e as autarquias: autarquias especiais, agências reguladoras e agências executivas. ....	271
Matrizes ideológicas do projeto de Constituição farroupilha.....	293

## PARTE 5

## RESPONSABILIDADE DO ESTADO

A responsabilidade extracontratual do Estado no direito brasileiro. ....	311
Responsabilidade pré-negocial e <i>culpa in contrahendo</i> no direito administrativo brasileiro.....	337
Notas sobre o dano moral no direito administrativo.....	347
Problemas jurídicos do planejamento .....	362
Responsabilidade do Estado e problemas jurídicos resultantes do planejamento .....	379

## PARTE 6

## PROCEDIMENTO E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual ou municipal frente à Constituição estadual. Repensando o cabimento de recurso extraordinário .....	393
--	-----

Prescrição quinquenária da pretensão anulatória da Administração Pública com relação a seus atos administrativos .....	403
Autoridade pública e mandado de segurança.....	424
Correção de prova de concurso público e controle jurisdicional.....	449
Comentários ao acórdão proferido no MS 24.268/MG .....	467

## PART 7

## FUNDAMENTOS DO DIREITO PRIVADO

Romanismo e germanismo no Código Civil brasileiro.....	477
Casamento e a posição jurídica da mulher no direito de família romano do período clássico.....	500

## PART 8

## PARCERES SELECIONADOS

## 8.1

## Constitucionalidade e legalidade na atuação pública

A constitucionalidade e a legalidade de um fundo privado de honorários advocatícios sucumbenciais no âmbito de procuradoria municipal.....	519
Exercício, por sociedade de economia mista, de atividade de previdência privada.....	530
A institucionalização do serviço público de assistência técnica e de extensão rural.....	542
A ilegalidade do adicional tarifário específico na comercialização da energia elétrica (Lei 10.438/2002).....	550
A recomposição tarifária em benefício das concessionárias dos serviços de distribuição de energia elétrica .....	560
A inconstitucionalidade e a ilegalidade da proibição de importação de bens de consumo usados .....	583
A natureza jurídica da cota de contribuição hidroviária .....	595

A natureza jurídica das fundações instituídas ou mantidas pelo Estado.....	603
As exigências do Conselho Regional de Medicina e a liberdade no exercício das atividades médicas.....	613
A habilitação para receitar agrotóxicos e o princípio da reserva legal .....	622
A habilitação para receitar agrotóxicos e as possíveis mudanças legislativas .....	627
As concessões para prestação de serviços públicos: a devida interpretação do art. 16 da Lei 8.987/1995 .....	636
A natureza jurídica da fundação estadual de proteção ambiental e o regime jurídico de aposentadoria dos seus servidores .....	641

## 8.2

## Procedimento e Processo Administrativo

Arguição de descumprimento de preceito fundamental e a questão da subsidiariedade: “jurisdição objetiva” e “jurisdição subjetiva” .....	653
Desapropriação, devido processo legal e interesse social.....	659
A tensão entre desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente e o procedimento adequado nos casos de possível dano ambiental.....	670
Os critérios e o procedimento para o tombamento de imóveis e os direitos subjetivos públicos do proprietário.....	687
A desconstituição de atos inconstitucionais é caducável – o caso dos notários e registradores sem prévia aprovação em concurso público? .....	713
O efeito retroativo da declaração de inconstitucionalidade e os casos excepcionais de subsistência dos efeitos de lei inconstitucional .....	746

## 8.3

## Cargos Públicos

A autonomia da universidade – a questão do provimento das vagas do pessoal docente nas universidades federais .....	752
Criação e extinção de cargos: a instituição de um grupo ocupacional administrativo fazendário.....	772
A discricionariedade e o provimento de cargo em comissão e funções	

gratificadas .....	778
--------------------	-----

Os critérios para indicação de conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado: a constitucionalidade do art. 86, §§ 2.º e 3.º, da Lei Estadual 12.600/2004 (Lei Orgânica do TCE/PE) .....	788
---	-----

As regras para nomeação de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.....	813
--	-----

#### 8.4

#### Interpretação de Contratos

Ação rescisória por erro de fato da decisão transitada em julgado; a correta interpretação do contrato de distribuição com exclusividade .....	816
--	-----

O contrato de empreitada por preços unitários e seu desequilíbrio econômico-financeiro .....	841
--	-----

“Contratos bilaterais mensais de compra e venda de energia elétrica” e “Contrato bilateral de longo prazo de compra e venda de energia elétrica” .....	845
--	-----

As regras de financiamento em processo de licitação.....	854
--	-----

#### 8.5

#### Direito de Família

Herdeira testamentária e as devidas considerações sobre herança, legado e posse.....	873
--	-----